



A revolução não será televisionada, mas os golpes serão! O neogolpismo na América Latina a partir da Venezuela e Paraguai

Vanessa de Castro Rosa
Doutoranda em Direito Político e Econômico no Mackenzie
vanisros@hotmail.com

Resumo: a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, aborda-se a relação do neogolpismo com os meios de comunicação, com o objetivo de verificar as características destes novos golpes no cenário latino-americano, especialmente, a partir dos casos Venezuela e Paraguai. Indaga-se em que medida a redemocratização ocorrida a partir da década de 1980 não foi capaz de evitar estes golpes. O estudo foca-se no papel preponderante dos meios de comunicação, tal como é mostrado no documentário irlandês *A revolução não será televisionada*. Espera-se constatar as semelhanças entre os novos golpes, perpetrados no início do século XXI, na América Latina e verificar o papel dos meios de comunicação na construção e (des)estabilização da democracia.

Palavras-chave: Neogolpismo; Meios de comunicação; Redemocratização.

Abstract: from a qualitative and literature, deals with the neogolpismo's relationship with the media, in order to verify the characteristics of these new coups in Latin American scene, especially, from Venezuela and Paraguay cases. Asks to what extent the redemocratization that took place from the 1980s was not able to avoid these scams. The study focuses on the important role of the media, as shown in the Irish documentary *The Revolution will not be televised*. It is expected to note the similarities between the new scams perpetrated in the early twenty-first century, Latin America and verify the role of the media in building and (de) stabilization of democracy.

Keywords: Neogolpismo; Media; Redemocratization.

A revolução não será televisionada, mas os golpes serão! O neogolpismo na América Latina a partir da Venezuela e Paraguai

Introdução

A Venezuela é o quarto maior produtor de petróleo do mundo, porém, todos os lucros do petróleo são concentrados nas mãos de poucas pessoas. Em 1998, Hugo Chávez foi eleito democraticamente, na Venezuela, com massivo apoio popular, com a promessa de redistribuir os lucros do petróleo e aumentar a participação popular na política.

Para tanto, o presidente mantinha um programa televisivo aos domingos para estabelecer comunicação direta com o povo, conscientizar o povo dos propósitos sociais do governo, colocando o processo comunicativo como elemento central da revolução social bolivariana, como forma de informação e de participação popular, inclusive como forma de amenizar a propaganda massiva fraudulenta dos meios de comunicação privados que eram contrários aos governos e defendiam os interesses próprios dos capitalistas burgueses, com forte apoio dos Estados Unidos.

O apoio estadunidense aos meios de comunicação para desestabilizar o governo venezuelano deveu-se ao fato de a Venezuela se aproximar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aumentar o controle das empresas venezuelanas produtoras de petróleo, o que contrariou os interesses estadunidenses e deu início ao processo de desestabilização do governo venezuelano.

Os meios de comunicação começaram intensa campanha fraudulenta de desinformação, criando um sentimento hostil ao governo entre as classes dominantes e classe média, processo que culminou na tentativa de golpe, através do massacre da Ponte Llaguno, enquanto os canais privados anunciavam que o presidente teria renunciado, sendo que estava sequestrado, além de noticiar amplamente o novo governo, silenciando sobre as manifestações chavistas e sobre o desaparecimento do presidente.

Estes fatos apresentados no documentário irlandês *A revolução não será televisionada* permite uma análise mais ampla dos golpes que assolam a América Latina, no início do século XXI, como forma de desestabilizarem e destituírem os governos tendenciosos à esquerda.

A guinada governista à esquerda, a manipulação dos meios de comunicação para a construção de crises políticas, a fragilidade da democracia neoliberal são pontos que se relacionam entre si e colocam em xeque a democracia social latino-americana, diante de sucessivos golpes pós-redemocratização.

O presente artigo pretende estudar a relação entre estes fatores e como eles desembocam no fenômeno denominado neogolpismo, e, a partir deste entendimento verificar possíveis soluções em busca da estabilidade democrática latino-americana.

Redemocratização e neoliberalismo na América Latina

Após um longo período de ditaduras, entre os anos 1960 e 1980, a América Latina deu início ao seu processo de redemocratização, caracterizado como um árduo processo de negociações, repleto de contradições e choques de interesses entre explorados e exploradores, vítimas e opressores.

Neste sentido,

[...] ainda que existam muitas especificidades nas histórias dos regimes militares latino-americanos e em suas respectivas experiências de transição, pode-se afirmar que, em termos gerais, o processo de democratização foi invariavelmente marcado por muitos conflitos e negociações, ocorridos durante e após o fim das ditaduras. Assim, cabe ressaltar que os acontecimentos inseridos nesse período denominado, grosso modo, `transição democrática`, não resultaram necessariamente na instituição integral da democracia: esse foi um processo muito lento, na maioria dos casos, e permeado de tensões, avanços e retrocessos. (CHAUI; NOGUEIRA, 2007, p. 173)

A redemocratização dos Estados latino-americanos não representou a implantação da democracia, até porque esta não é algo concreto com início, meio e fim, mas sim um processo de contínua construção e aprimoramento. Ademais, no final da década de 1980 e nos anos 1990, a redemocratização volta à América Latina de mãos dadas com o neoliberalismo.

No neoliberalismo a opção pelas privatizações em detrimento do público, pela especulação em detrimento da produção, com foco na privatização da economia e redução dos direitos trabalhistas, evidencia um regime de acumulação e concentração de renda nas mãos dos capitalistas, sendo que tal regime é suportado e apoiado em virtude de uma conformação político-ideológica hiperindividualista que o sustenta.

A lógica hiperindividualista e o apego ao consumo enfraquecem os laços sociais, enquanto a exploração do trabalhador é exponenciada ao lado da desarticulação dos sindicatos, dando azo a uma onda conservadora direitista. Assim,

No campo social, a precarização das condições de trabalho faz com que, sucedendo ao modelo de regulação de segurança social, sejam vistas tendências hiperindividualistas, atrelando a abundância do crédito e o consumismo de novas tecnologias à repressão às políticas e culturas discordantes. Se os capitais financeiros ultrapassam barreiras nacionais, a exploração da força de trabalho continua adstrita ao mercado nacional. A

xenofobia e o controle político da imigração são majorados. Nos campos das lutas políticas, dos movimentos sociais e sindicais, as ações de esquerda são enfraquecidas. Uma hegemonia conservadora caracteristicamente capitalista se torna ainda mais plena quando as referências ideológicas do campo soviético desmoronam definitivamente. (MASCARO, 2013, p. 123-124)

Neste quadro de exploração do trabalhador, desarticulação do Estado de bem-estar social, ascensão do individualismo e da onda conservadora, a redemocratização é pactuada na América Latina, nascendo, portanto, sem condições para o desenvolvimento da democracia, diante da forte desigualdade social e econômica estabelecida.

As políticas neoliberais aliadas à democracia impediram a criação do sentimento democrático na população explorada, tendo em vista que após o término da ditadura, poucas mudanças ocorreram nas condições de vida dos trabalhadores, a mera concessão de direitos civis e políticos, sem melhorias econômicas e sociais não teve grande significado para uma população que continuou explorada e espoliada.

Desta forma, a democracia representou poucas alterações no modo de vida do trabalhador, gerando um descontentamento com este novo regime político que não foi capaz de resolver os problemas sociais, nem de se estabelecer solidamente.

Nesta esteira,

Se considerarmos o ambiente de incerteza política da América Latina, onde a implementação das políticas neoliberais, a despeito do discurso oficial, tem levado a um crescente descontentamento por parte da população, o desencanto com a democracia pode vir a se constituir em fator de apoio ou indiferença a um potencial retrocesso político. Desta forma, se, do ponto de vista teórico, a opinião pública pode ser considerada importante para o fortalecimento da democracia, esta teoria parece encontrar fundamento na realidade latino-americana, cujo processo de transição para a democracia não pode em absoluto ser considerado concluído e muito menos irreversível. (CASTRO; RANINCHESKI, 2013, p. 131)

A democracia neoliberal tão frágil e tão desigual foi imposta pelo capital financeiro internacional como única opção viável e os países latino-americanos afundaram-se em desigualdades sociais, latifúndios, inflação, arrocho salarial, endividamento externo, privatizações, acompanhados de pobreza, fome e miséria.

Este cenário de graves injustiças e marginalização sociais trouxe um forte sentimento de desencanto acerca da democracia, o qual contribui para a não consolidação deste regime no continente. Neste sentido explica:

O desencanto agrava a incerteza mas não é a mesma coisa. Não nego que já se pode encontrar algo de desencanto em alguns países do Cone Sul, em especial na Argentina e no Brasil. Mas ele tem, em todo caso, um sentido diferente. Aqui, as pessoas não se desencantam com a democracia à qual se chegou mas, pelo contrário, parecem descrever cada vez mais da possibilidade de se chegar à democracia. Em outras palavras: as preocupações com a sorte da democracia no Cone Sul dizem respeito à própria possibilidade da consolidação dos processos de transição democrática em curso. (WEFFORT, 1989, p. 06)

A incerteza e o desencanto recaíram não sobre a incipiente democracia, mas sim sobre a possibilidade de se alcançá-la algum dia, passando da categoria de projeto à mera utopia irrealizável, tal como a superação do capitalismo.

A partir desta desilusão e da opressão sofrida na pele, abre-se espaço para a chamada guinada à esquerda latino-americana, que começa a se desenvolver a partir do final da década de 1990, na tentativa de ressignificar a democracia, atrelando direitos liberais aos direitos sociais e de participação.

A democracia social se apresenta como um projeto de igualdade social e afirmação da nação, assim, discorre Francisco Weffort:

[...] em particular na América Latina, a agenda da construção da democracia envolve, junto com a construção de um sistema representativo e com o progresso da igualdade social, ainda a *afirmação da soberania da Nação*. A questão nacional, tão presente nos anos 60, ficou injustificavelmente esquecida nos anos 80. E, contudo, aí estão, mais fortes do que nunca, as injunções do imperialismo, hoje com seu ponto forte no sistema financeiro internacional e na pressão sobre a dívida externa. O que serve para lembrar que, na América Latina (e disso não escapam nem os seus países mais modernos), a construção da democracia caminha, lado a lado, com a construção da Nação. (1989, p. 34)

A 'guinada à esquerda' trouxe na América Latina, entre outros, Hugo Chávez, na Venezuela em 1999; Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003; Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2005; Evo Morales, na Bolívia em 2006; Rafael Correa, no Equador, em 2007 e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008.

Contudo, esta guinada à esquerda não representou um processo de ruptura com o capitalismo, estando longe de representar um passo concreto na direção do socialismo, verdadeira forma de superação da exploração capitalista, por não estar fundado na concorrência e em contradições de classes (MASCARO, 2013, p. 127-128).

Esta guinada à esquerda latino-americana, embora não seja um processo concretizado e nem um processo de ruptura com o capitalismo, foi um importante passo democrático em direção a um projeto social de Estado e governo, que contraria o poder econômico dominante, o qual sempre marcou a história do continente.

A mudança de direção, operacionalizada pela esquerda latino-americana, constitui um processo revolucionário, no sentido de se mudar o sentido do caminho político, da direita para a esquerda, do neoliberalismo para o social e o socialismo, da opressão para a participação, da exploração para a libertação.

Nas palavras de Francisco Weffort, esta revolução não ocorrerá da noite para o dia, mas levará um longo e demorado processo, que “cobrirá toda uma época histórica. Assim, ou está contida, ainda que apenas em germe, em cada ato, em cada luta, em cada realização ou não virá jamais” (WEFFORT, 1989, p. 44).

A revolução deve ser vivida e sentida todos os dias no empoderamento das minorias vulneráveis e oprimidas, plantada como semente para as gerações vindouras e lutada ombro a ombro em busca de um mundo melhor, sob pena de ser sufocada e dizimada pelo individualismo e pelo imperialismo que espolia as riquezas do continente e coloniza a consciência dos indivíduos.

Um elemento fundamental tanto da democracia, como do aludido processo revolucionário, é a comunicação, pois é ela que permite o desenvolvimento da consciência de classe, o conhecimento do projeto de Estado e de governo, a participação na construção deste projeto, a perpetuação dos ideais revolucionários e o compartilhamento da luta cotidiana contra a opressão e a injustiça social.

Por tais razões Hugo Chávez defendia a importância de se comunicar os logros da Revolução Bolivariana a todos os venezuelanos, como forma de inclui-los no processo e trazê-los para a construção de um projeto de governo de cunho social, dando primordial valor à comunicação social (A REVOLUÇÃO, 2003).

A revolução deve ser televisionada, ou seja, a construção diária de um projeto social deve ser comunicado e compartilhado a todos, para tanto se torna essencial o estabelecimento de meios de comunicação social, que possibilitem o diálogo entre povo e governo.

Neste sentido, Alysson Leandro Mascaro destaca o papel essencial dos meios de comunicação, tendo em vista que estes “não apenas se prestam às manobras imediatas dos agentes políticas em disputa eleitoral, como também interditam conhecimento, reconfiguram o imaginário social e instituem repulsas e desejos (MASCARO, 2013, p. 71).

Porém, esta tentativa de afronta ao imperialismo espoliador que sempre subjogou a América Latina, não passou impune e sequer teve chance de se concretizar, tendo em vista que uma onda de

constantes ameaças ao processo de redemocratização colocou em xeque a estabilidade democrática no continente.

Estes novos ataques à redemocratização não são mais de cunho militar, como aqueles dos anos 1960, através da força física e da truculência, embora contem com a conivência militar. Agora, os ataques à democracia assumem o caráter de legalidade, através da manipulação de informações, gerando golpes de Estado, travestidos de legalidade.

Contudo, há que se pontuar que a própria noção de legalidade é uma noção capitalista e burguesa, tanto que

A legalidade só se torna plena no capitalismo, e nele sua lógica ganha autonomia e se reproduz. A vitória de um governo de lei, não de homens, e a vitória do mecanicismo institucional sobre a vontade do soberano só se tornam possíveis a partir do momento em que a lógica econômica é de auto-reprodução. (MASCARO, 2008, p. 21)

Através da legalidade, o capitalismo se afirma, e ela se coloca como importante instrumento para garantir a reprodução capitalista, apresentando-se como “conquista, e não como lógica *necessária* do sistema” (MASCARO, 2008, p. 27).

Deste modo, será pela legalidade e em prol dela que se estabelecem uma nova onda de golpes, no início do século XXI, na América Latina, denominados de neogolpismo.

Golpes televisionados: o neogolpismo no Paraguai e Venezuela

Os novos golpes que assolam os governos tendentes à esquerda na América Latina, denominados neogolpismo, assumem características similares, tais como:

El "nuevo golpismo" es formalmente menos virulento, está liderado por civiles (con soporte implícito o complicidad explícita de los militares), mantiene una cierta apariencia institucional, no involucra necesariamente a una potencia (Estados Unidos) y pretende resolver, al menos de entrada, una *impasse* social o política potencialmente ruinosa. (TOKATLIAN, 2012)

Na América Latina, foram alvos do neogolpismo: Jamil Mahuad, no Equador (2000); Hugo Chávez, na Venezuela (2002); Jean-Bertrand Aristide, no Haiti (2004); Manuel Zelaya, em Honduras (2009); Rafael Correa, no Equador (2010); Fernando Lugo, no Paraguai (2012) e Dilma Rouseff, no Brasil (2016).

O neogolpismo consiste em uma ferramenta da elite burguesa dominante usada para brechar processos revolucionários ou concessões de direitos sociais que possam representar alguma diminuição em seu espaço de dominação. Estes golpes são as mesmas burlas da legalidade operacionalizadas pela política hegemônica conservadora como forma de manutenção de seus privilégios (MASCARO, 2008, p. 186).

Apresentam-se como uma contrarrevolução preventiva para barrar qualquer tentativa de superação do capitalismo, portanto, os neogolpes são instrumentos para a defesa do neoliberalismo. Neste sentido,

Algo que Perry Anderson denominó contrarrevoluciones preventivas, en respuesta a la “inflexión populista” de los años 1950. Como indica Ansaldi (2014, p. 28) “cuando se produce una radicalización de la democracia que llegara al punto de cuestionar seriamente la hegemonía de la burguesía, esta clase no vacilará en el empleo de la violencia, cualquiera sea la forma que elija”. Se trata, en este caso, de acciones destinadas a sustituir los productores del orden social, modificando la dirección de los procesos constituyentes nacidos de la crisis neoliberal. (SOLER, 2015, p. 81)

O neogolpismo reflete o aspecto político das crises típicas do capitalismo. Assim, como as crises econômicas são constantes no capitalismo, tendo em vista que este sistema político e econômico se assenta sobre mecanismos de exploração e sobre graves e irresolutas contradições econômico-sociais, as crises políticas acompanham as crises econômicas tendo em vista que ambas estão interligadas.

Neste sentido, Alysson Leandro Mascaro explica:

Há um processo de estreita ligação entre as formas da economia capitalista e a forma política estatal. [...] O Estados e suas instituições políticas, se em muitos momentos – e mesmo em situações decisivas – representaram, simetricamente, divisas fundamentais ao estabelecimento das relações econômicas capitalista, em outros momentos foram seus freios ou mesmos seus opositores. (2013, p. 28)

Como se nota, a forma política estatal está diretamente ligada às formas da economia capitalista, estando ambas estão ligadas estruturalmente e materialmente, de modo que uma crise econômica acarreta uma crise política, ou, supostos riscos aos interesses econômicos burgueses conduz a uma reação política defensiva capitalista.

Logo, o neogolpismo é movido pela força do capital que busca reocupar os espaços perdidos na política e na economia, se constitui como uma reação defensiva da elite econômica dominante em defesa da ordem neoliberal estabelecida.

Por isto os golpes do século XXI assumem características semelhantes, tendo em vista que são perpetrados pelos mesmos agentes, na defesa dos mesmos interesses e com a mesma sistemática. Assim,

Por todo esto, a diferencia de aquellos procesos de inestabilidad presidencial de los años 1980-1990, los golpes de estado del siglo XXI siempre intentan anular, eliminar o inhibir (de acuerdo a la correlación de fuerzas encontrada y la capacidad para imponer una nueva voluntad política) un proceso en marcha que en general aparece como una amenazada al orden estatuido y afecta los interés de los sectores económicos y políticos concentrados. (SOLER, 2015, p. 80-81)

A nova onda de golpes latino-americanos é, geralmente, promovida pelo Poder Legislativo, sob uma falsa legalidade e uma pretensa defesa da democracia, buscam construir consensos sobre uma insuportabilidade da crise econômica, apta a justificar a crise política criada e, por conseguinte, legitimar a quebra da estabilidade democrática em favor de interesses supostamente sociais.

Para tanto, é imprescindível a atuação dos meios de comunicação como forma de se justificar e legitimar o golpe de estado, obviamente não com esta nomenclatura, mas usando expressões como: impeachment, juízo político, ruptura constitucional, defesa da legalidade, defesa da ordem constitucional, etc.

O neogolpismo interdita o processo de comunicação social, não apenas cessando a comunicação entre governo e povo, mas também manipulando informações, criando uma realidade ficcional nos telejornais, que alija as pessoas do processo comunicativo e conseqüentemente da participação na vida social da comunidade.

Os meios de comunicação desenvolvem a ideologia golpista, manipulando informações e na tentativa de se legitimar o golpe de Estado, como bem explica Lorena Soler:

En los golpes de estado del siglo XXI la violencia reaccionaria y física juega sólo un papel auxiliar, comparada con la de los medios de comunicación generadores de la narrativa de la crisis o del consenso. En todos los casos los medios de comunicación junto con las redes sociales de comunicación instantánea han sido centrales en la creación de una ideología golpista, a través de núcleos argumentativos comunes para justificar las intervenciones. Se construye así la representación del gobierno ‘aislado’ – pese a contar con un apoyo popular mayoritario – y de la necesidad de poner fin a la conflictividad y el enfrentamiento entre “*ciudadanos de la misma nacionalidad*”. (2015, p. 82-83)

Assim aconteceu na Venezuela, no episódio denominado “Ponte Llaguno”, em 11 de abril de 2002, quando grupos chavistas sobre a Ponte Llaguno teriam disparado contra uma manifestação popular de oposição ao governo que passava embaixo da ponte, o que resultou na morte de dezenove pessoas.

Contudo, as imagens que foram repetidamente apresentadas pelos canais de televisão privados, os quais cobriam incessantemente a manifestação oposicionista ao governo, foram manipuladas para indicar que a origem dos disparos teria sido dos chavistas sobre a Ponte Llaguno, porém, embaixo da ponte não

havia manifestação oposicionista, mas sim manifestante chavistas encurralados pela polícia metropolitana, verdadeira fonte dos disparos.

Este acontecimento serviu de mote para a mídia golpista Venezuela insuflar a população contra o governo de Hugo Chávez e arquitetar o golpe midiático, através de um bombardeio de informações manipuladas, silêncio sobre as atividades chavistas e até a derrubada do sinal do canal da TV pública.

No Paraguai, em 15 de junho de 2012, o chamado “massacre de Curuguaty”, um conflito decorrente da desocupação forçada de manifestantes sem-terra e a polícia, resultou na morte de 17 pessoas, e foi usado pela direita paraguaia, como mote para ensejar um processo político para depor o presidente Fernando Lugo.

Os meios de comunicação paraguaios começaram a divulgar informações atribuindo responsabilidade pelo massacre ao presidente Fernando Lugo, e dando início a forte campanha contra o governo, embora este contasse com um índice de aprovação popular na casa dos sessenta por cento de aprovação (VIANA, 2012).

Assim, uma semana depois dos acontecimentos de Curuguaty, a Câmara dos Deputados já estava julgando o presidente, em juízo político, o qual durou cerca de trinta horas, destituindo o presidente eleito, sem provas, por considerarem os fatos notórios e pelo crime de Curuguaty, a saber, “tratar de maneira igual policiais covardemente assassinados e aqueles que foram protagonistas destes crimes” – os primeiros seriam os policiais e os segundos, camponeses” (VIANA, 2012).

A revolução não será televisionada

A verdadeira redemocratização, ou seja, aquela pautada sob a democracia social, ao colocar em risco a hegemonia do capital dominante, imediatamente passa a sofrer as investidas golpistas através da técnica jurídica e da manipulação de informações, a fim de desestabilizar os governos alinhados à esquerda.

Os novos golpes não encontram dificuldades diante da fragilidade da democracia neoliberal implantada após o término das ditaduras. Após a queda formal das ditaduras militares, seguiram-se, na maior parte dos países latino-americanos, governos alinhados à direita, os quais em vários casos representavam a continuidade do período anterior. Por esta razão, não houve tentativas de golpe, enquanto os Estados estavam alinhados à cartilha neoliberal.

Contudo, quando as pessoas começaram a se sentir esgotadas pela exploração neoliberal, dando apoio a governos tendentes à esquerda, estes passaram a sofrer constantes ameaças de golpes, como forma de se garantir os espaços de dominação da elite burguesa.

Os novos golpes contam com a deficiência do sistema comunicacional, que permite a manipulação de informações como ocorreu no caso *Curuguaty* no Paraguai e a criação de representações fictícias que são apresentadas como verdadeiras, como no episódio de *Puente Llaguno*, na Venezuela.

Estes episódios demonstram a fragilidade do sistema democrático e um povo espoliado e colonizado com valores individualistas, tornam-se instrumentos úteis para a manipulação midiática a serviço da elite dominante do país.

Nas palavras de Ignacio Ramonet, neste contexto neoliberal, a mídia passa a ser o segundo poder, e não o quarto poder, como ela se autopromove, isto porque o primeiro poder passa a ser exercido pela economia; o segundo, pela mídia e o terceiro poder exercido pela política (2010, p. 40).

A mídia entrelaça a ligação entre poder econômico e poder político, afirmando-se como poder instrumental, que faz da informação mercadoria, e se afirma como conglomerado econômico.

A informação tem papel decisivo em qualquer regime político, sendo indispensável para o bom andamento de qualquer sociedade e condição para a liberdade do ser humano. Porém, a concentração econômica dos meios de comunicação nas mãos de poucas empresas privadas, opera-se a concentração do poder político, o qual forja um consenso social sobre informações manipuladas e inverídicas (RAMONET, 2010, p. 40), tal como nos simbólicos casos de Ponte Llaguno e Curuguaty.

A mídia se apresenta, no contexto neoliberal, como uma importante ferramenta para a articulação dos golpes. De forma que

Essa crença infantilista na idoneidade das corporações midiáticas cai por terra quando tomamos ciência de que diversas informações de interesse público foram manipuladas para que houvesse fabricação de consenso social, mascarando assim as contradições da realidade histórica. A mídia golpista não hesita em desestabilizar regimes democráticos legítimos e cancelar o autoritarismo de regimes ditatoriais, negando assim o seu pretenso neutralismo. (BITTENCOURT, 2015, p. 28)

Destarte, a mídia corporativa configura-se como verdadeiro aparelho ideológico do Estado, conforme classificação de Louis Althusser (1985, p. 68), para quem os aparelhos ideológicos funcionam de forma ideológica com vistas a garantir as condições de reprodução das relações de produção, de modo

que “o aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvisnismo, liberalismo, moralismo etc” (1985, p. 78).

Portanto, evidenciado seu papel de manutenção do *status quo*, fica claro as razões pelas quais nenhuma revolução bolivariana, socialista, ou mesmo, apenas tendente à esquerda jamais será televisionada.

Uma possível alteração com vistas a solução depende da escolha ideológica a se fazer, se a favor dos explorados ou dos exploradores, em prol dos primeiros urge superar o capitalismo, ao passo que em prol dos segundos basta manter o modelo neoliberal, acostumados às crises políticas e econômicas.

Conclusão

A América Latina desde fins da década de 1950 até fins da década de 1970 sofreu com inúmeras ditaduras militares, apoiadas pelo poder político-capitalista dos Estados Unidos, manteve uma elite econômica dominante nos países latino-americanos, comprometidas com o capital estrangeiro e coniventes com um processo de espoliação das riquezas nacionais.

A redemocratização iniciada no início da década de 1980, somente foi possível com a pactuação das antigas oligarquias sob o prisma neoliberal, o qual aumentou a espoliação através das privatizações e da abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro financista.

Os Estados passaram a fornecer condições ao capital estrangeiro em detrimento das condições sociais e econômicas do próprio povo, que não viu grandes mudanças na redemocratização de seu país, tendo em vista que as oligarquias continuaram dominando, a reforma agrária não foi feita e as desigualdades e injustiças sociais se mantiveram.

À redemocratização não seguiu o estabelecimento de um sentimento democrático, nem uma efetiva democracia, já que o modelo neoliberal apregoa como democracia apenas aquela formal, restrita a procedimentos de participação eleitoral.

Diante das graves condições de exploração, exsurge na América Latina governos com a proposta de efetivar uma guinada à esquerda, alguns com discurso socialista, outros, apenas social. Destacaram-se Hugo Chávez, Evo Morales, Luís Inácio Lula da Silva, Rafael Correa, Tabarez Vasquez, entre outros.

Tão logo estes governos ameaçaram a dominação oligárquica da elite dominante, começou uma onda de golpes similares, no início do século XXI, conhecida como neogolpismo.

O neogolpismo é caracterizado por um aspecto mais brando, sem a virulência militar da década de 1960, é liderado por civis, com conivência militar e forte apoio midiático, se arroga no dever de resolver uma crise econômica e política, amplamente divulgada e muitas vezes até forjada midiaticamente, como no caso de Ponte Llaguno e Curuguaty, restabelecendo a legalidade democrática, mesmo que tenha que derrubar um governo eleito democraticamente.

As características semelhantes dos golpes decorrem do fato de se estabelecerem sobre as mesmas condições, isto é, crise capitalista, reação preventiva à guinada à esquerda e manipulação midiática da elite dominante em defesa do neoliberalismo, forjando consenso social diante de factoides (informações falsas amplamente veiculadas).

As crises econômicas são constantes no capitalismo, tendo em vista que este sistema se estabelece sobre relações contraditórias, sendo que a crise econômica acarreta uma respectiva crise política, decorrente do movimento de disputa pelo poder, sendo que o neogolpismo se constitui como contrarrevolução preventiva promovida pelas classes dominantes como forma de manter o *status quo* neoliberal, neutralizando as conquistas sociais dos explorados e mantendo as bases capitalistas de exploração.

O neogolpismo encontra terreno fértil para atuação, tendo em vista que a redemocratização da década de 1980 não logrou implantar um regime democrático efetivo, através de uma democracia substancial, mas tão-somente se limitou a um engodo de democracia, meramente formal e procedimental de participação em eleições.

Destarte, a não instalação da democracia material, deixou de trazer empoderamento social e efetiva participação na vida política latino-americana, abrindo espaço para a dominação ideológica dos meios de comunicação, verdadeiros aparelhos ideológicos de Estado, comprometidos com a aferição de seus lucros, mesmo que a custa da desestabilização de regimes democráticos.

A informação como mercadoria deixa de exercer sua função social de informar, conscientizar e incluir as pessoas na esfera democrática para se tornar mero factóide artífice de golpes políticos a favor da elite dominante que continua a colonizar o continente.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

A REVOLUÇÃO não será televisionada = CHAVEZ: inside the coup. Dirigido por Kim Bartley e Donnacha O'Briain. Produção executiva de Rod Stonemann. Edição de Angel Zoido. Gallway: Power Picture: Bord scannán na hÉireann, 2003. (74 min). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Verdade, informação e esclarecimento público na comunicação social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de Castro; RANINCHESKI, Sonia. A internacionalização da democracia: a universalização dos valores liberais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 7, n 1, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/?q=democracia+capitalismo+am%C3%A9rica+latina+liberalismo>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, n. 71, p. 173-228, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/70061>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MASCARO, Alysso Leandro Mascaro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
_____. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOLER, Lorena. Golpes de estado en el siglo XXI: un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). **Cadernos Prolam/USP**, v. 14, n. 26, p. 77-89, 2015. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/103317>>. Acesso em: 15 maio 2016.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. El auge del *Neogolpismo*, **La Nación**, Buenos Aires, 24 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>>. Acesso em: 15 maio 2016.

VIANA, Natália. Especial Paraguai: o bispo e seus tubarões. **Pública**, 21 nov. 2012. Disponível em:
<<http://apublica.org/2012/11/bispo-seus-tubaroes/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

WEFFORT, Francisco C.. Incertezas da transição na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 05-46, Mar. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2016.